



**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS
NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

NATAL – RN

2019

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL NAS TERRAS INDÍGENAS YANOMAMI

Beatriz Maria Soares Pontes¹

RESUMO

O presente estudo aborda, em primeiro lugar, o significado da Terra Indígena, como área pertencente à União e bem elucidada na Constituição Federal de 1988. Na sequência, discute-se o Povo Indígena Yanomami, esclarecendo as suas relações com a terra e a floresta, o seu modo de viver coletivo expresso nas suas moradias, o ritmo das suas atividades produtivas e, como estas são organizadas territorialmente, para após tais aspectos da vida material deste povo, refletir-se sobre o seu complexo mundo simbólico, mítico e cosmológico. Em seguida, analisa-se a luta travada pelos Yanomami para manter a sua terra e a ajuda, nesta vertente, que tiveram de organizações nacionais e internacionais. Apresenta-se, logo a seguir, os conflitos identificados nesta terra indígena, com invasões de garimpeiros, madeireiros e, fazendas que, apesar da Terra Indígena Yanomami já ter sido demarcada e homologada, prosseguem os processos invasores. Finalmente, destaca-se a permanência de conflitos que não foram, ainda, superados, bem como a extrema dificuldade da proteção das Terras Indígenas, no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Terra Indígena. Yanomami. Conflitos Sociais pela Posse da Terra. Iniciativas Nacionais e Internacionais em prol dos Yanomami.

ABSTRACT

The present study approaches at first, the Indigenous Land meaning, as a Union belonging area and well elucidated in the 1988 Federal Constitution. In sequence, the Yanomami Indigenous People are discussed, clarifying its relations with the land and the forest, their collective way of living expressed in their homes, the rhythm of their productive activities and, as they are organized territorially, after such aspects of their material life, reflect about mythical, symbolic and cosmological worlds. Then, we analyze Yanomami's struggle to maintain their land and their help, in this aspect, from national and international organizations. The following are conflicts identified in this indigenous land, with invasions of prospectors, loggers and farms that, although the Yanomami Indigenous Land has already been demarcated and approved, proceed the invasion processes. Finally, we highlight the persistence of conflicts that have not yet been overcome, as well as the extreme difficulty of protecting Indigenous Lands in contemporary Brazil

Keywords: Indigenous Land. Yanomami. Possession Landing Social conflicts. National and International Initiatives in favor of the Yanomami.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Significado da Terra Indígena

A Terra Indígena é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por eles utilizadas para as suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e, necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional, configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a Terra Indígena não é criada por Ato Constitutivo e, sim, reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Assim, por se tratar de um bem da União, a Terra Indígena é inalienável e indisponível e os direitos sobre ela são imprescritíveis. As Terras Indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível, dos cerca de 300 povos indígenas que habitam, hoje, o Brasil.

Atualmente, existem 462 Terras Indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Tal concentração é resultado do processo de reconhecimento dessas Terras Indígenas, iniciadas pela Funai, principalmente, durante a década de 1980, no âmbito da política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do país.

Nesse contexto, inaugurou-se um novo marco constitucional que impôs ao Estado, o dever de demarcar as Terras Indígenas, considerando os espaços necessários ao modo de vida tradicional, culminando na década de 1990, no reconhecimento de Terras Indígenas na Amazônia Legal, como as Terras Indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol.

Nas demais regiões do país, caracterizadas por avançado processo de colonização e exploração econômica e, cuja malha fundiária é mais intrincada, os povos indígenas conseguiram manter a posse em áreas, geralmente, diminutas e esparsas, muitas das quais foram reconhecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1910 e 1967, desconsiderando, contudo, os requisitos necessários para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, como é o caso das áreas ocupadas pelos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, em especial, os **Guarani Kaiowá**.

Essa realidade, verificada, principalmente, nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, além do Estado do Mato Grosso do Sul, expressa uma situação de confinamento territorial e, de permanente restrição dos modos de vida indígena, onde se constata a existência de um auto

contingente populacional de povos indígenas, vivendo em muitos casos, em áreas diminutas ou sem terras demarcadas.

É, justamente, nessas regiões que se verifica, atualmente, a maior ocorrência de conflitos fundiários e disputas pela terra, impondo ao Estado brasileiro, o desafio de promover as demarcações das Terras Indígenas sem desconsiderar as especificidades do processo de colonização, ocupação e titulação nessas regiões, contribuindo com o ordenamento territorial e para a redução de conflitos.

Ateste-se que, aproximadamente, 8% das 426 Terras Indígenas, tradicionalmente ocupadas já regularizadas, inclusive, algumas com presença de índios isolados e de recente contato, não se encontram na posse plena das comunidades indígenas, o que também, impõe desafios a diversos órgãos do Governo Federal, para a efetivação dos direitos territoriais indígenas para que se proteja, devidamente, esse singular patrimônio do Brasil e da humanidade.

A demarcação das Terras Indígenas, tradicionalmente, ocupadas pelos povos indígenas, se constitui como uma das principais obrigações impostas ao Estado brasileiro pela Constituição Federal de 1988. No entanto, existem outros formatos de regularização fundiária de Terras Indígenas, além das tradicionalmente ocupadas, como as Reservas indígenas e as Terras Dominiais. Existe, também, a figura da interdição de área para proteção de povos indígenas isolados.

Finalmente, deve-se observar quanto à metodologia empregada no presente trabalho, que a referida detém como suporte principal, o sistema capitalista em vigor, sobretudo, na região amazônica: nesta região, o capitalismo é profundamente desigual e, por conseguinte, os atores sociais são, igualmente, tratados desigualmente. As Terras Indígenas têm sido invadidas e ocupadas ilicitamente por madeireiros, garimpeiros, representantes do agronegócio (sobretudo, pecuária), que invadem e desmatam a floresta, com o objetivo de nela estabelecer pastos para o gado, tráfico de armas e tráfico de drogas, existindo, em plena floresta, laboratórios clandestinos para refinar as drogas em questão. Tais invasões são feitas, frequentemente e, tendo em vista que a fiscalização do meio ambiente tornou-se, recentemente, restrita, as ocupações tornaram-se muito mais frequentes, exigindo, portanto, das autoridades competentes, das Organizações Não-Governamentais, dos antropólogos, de todos aqueles que defendem os direitos humanos, bem como os direitos das sociedades tradicionais, atuarem com maior ênfase, com o particular propósito de evitar ou debelar tais interferências ilícitas, das quais são vítimas os povos indígenas.

2. OS YANOMAMI

Para os Yanomami, a terra-floresta não é um mero espaço inerte de exploração econômica. Trata-se de uma entidade viva, inserida numa complexa dinâmica cosmológica de

intercâmbios entre humanos e não-humanos. Como tal, se encontra, hoje, ameaçada pela predação cega dos brancos.

A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra ficará friável, as árvores secarão e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos **Xapiripë** que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo. Seus pais, os **Xamãs** não poderão mais chamá-los para nos proteger. A terra-floresta se tornará seca e vazia. Os **Xamãs** não poderão mais deter mais as fumaças-epidemias e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão.

2.1 Os Yanomami: Localização e População

Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia, cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte do seu território, relativamente recente. Seu território cobre, exatamente, 192.000 km² situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela, na região do interflúvio Orinoco-Amazonas (afluentes da margem direita do Rio Branco e esquerda do Rio Negro). Constituem um conjunto cultural e linguístico composto de pelo menos 4 subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família (**Yanomae**, **Yanõmami**, **Sanima** e **Ninam**). A população total dos Yanomami, no Brasil e na Venezuela, era estimada em cerca de 35 mil pessoas, no ano de 2011.

No Brasil, a população Yanomami era de 19.338 pessoas, repartidas em 228 comunidades (SESAI, 2011). A Terras Indígenas Yanomami, que cobrem 9.664.975 hectares (96.650 km²) de floresta tropical é reconhecida por sua alta relevância em termos de proteção da biodiversidade amazônica e, foi homologada por um Decreto presidencial, em 25 de maio de 1992.

O etnônimo **Yanomami** foi produzido pelos antropólogos, a partir da palavra **Yanõmami** que, na expressão **Yanõmami thëpë** significa “seres humanos”. Essa expressão se opõe às categorias **iaro** (animais de caça) e **yai** (seres invisíveis ou sem nome), mas, também, a **nape** (inimigo, estrangeiro, branco).

Os **Yanomami** remetem sua origem à copulação do demiurgo **Omama** com a filha do monstro aquático **Tëpërësiki**, dono das plantas cultivadas. À **Omama** é atribuída à origem das regras da sociedade e da cultura **Yanomami** atual, bem como a criação dos espíritos auxiliares dos pajés: os “**xapiripë**” (ou “**hekurapë**”). O filho de **Omama** foi o primeiro **xamã**. O irmão ciumento e malvado de **Omama**, **Yoasi**, é a origem da morte e dos males do mundo.

2.2 Os Brancos Chamados Napëpë pelos Yanomami

Uma narrativa mítica ensina que os estrangeiros devem, também, sua existência aos poderes demiúrgicos de **Omama**. Conta-se que foram criados a partir da espuma do sangue de um grupo de ancestrais Yanomami levado por uma enchente, após a quebra de um resguardo menstrual e, devorado por jacarés e ariranhas. A língua “emaranhada” dos forasteiros lhes foi transmitida pelo zumbido de **Remori**, o antepassado mítico do marimbondo comum nas praias dos grandes rios.

Para chegar a esta inclusão dos brancos, numa humanidade comum, ainda que oriunda de encontros perigosos e tensos com esses estranhos, que passaram a chamar de **napëpë** (“estrangeiros, inimigos”). De fato, a primeira visão que tiveram dos brancos foi de um grupo de fantasmas vindo de suas moradias nas “costas do céu”, com o escandaloso propósito de voltar a morar no mundo dos vivos (a volta dos mortos é um tema mítico e ritual, particularmente, importante para os Yanomami).

Por não possuírem afinidade genética, antropométrica ou linguística com os seus vizinhos atuais, como os **ye’kuana** (de língua **karíb**), geneticistas e linguistas que os estudam deduziram que os Yanomami seriam descendentes de um grupo indígena que permaneceu, relativamente, isolado desde uma época remota.

Uma vez estabelecido enquanto conjunto linguístico, os antigos Yanomami teriam ocupado as áreas da cabeceira do Orinoco e Parima há um milênio e, alí, iniciado o seu processo de diferenciação interna (há 700 anos), para acabar desenvolvendo suas línguas atuais.

Segundo a tradição oral Yanomami e os documentos mais antigos que mencionam este grupo indígena, o Centro Histórico do seu habitat, situa-se na Serra Parima, divisor de águas entre o alto Orinoco e os afluentes da margem direita do Rio Branco. Essa é, ainda, a área mais densamente povoada do seu território.

O movimento de dispersão do povoamento Yanomami, a partir da Serra Parima, em direção às terras baixas circunvizinhas, começou, provavelmente, na primeira metade do século XIX, após a penetração colonial nas regiões do alto Orinoco e dos Rios Negro e Branco, na segunda metade do século XVIII. A configuração contemporânea das terras Yanomami tem sua origem neste antigo movimento migratório.

Essa expansão geográfica dos Yanomami foi possível, a partir do século XIX e, até o começo do século XX, por um importante crescimento demográfico. Vários antropólogos consideram que essa expansão populacional foi causada por transformações econômicas induzidas pela aquisição de novas plantas de cultivo de ferramentas metálicas, através de trocas e guerras com grupos indígenas vizinhos (**Karíb**, ao Norte e a Leste, **Arawak**, ao Sul e a Oeste) que, por sua vez, mantinham um contato direto com a fronteira branca.

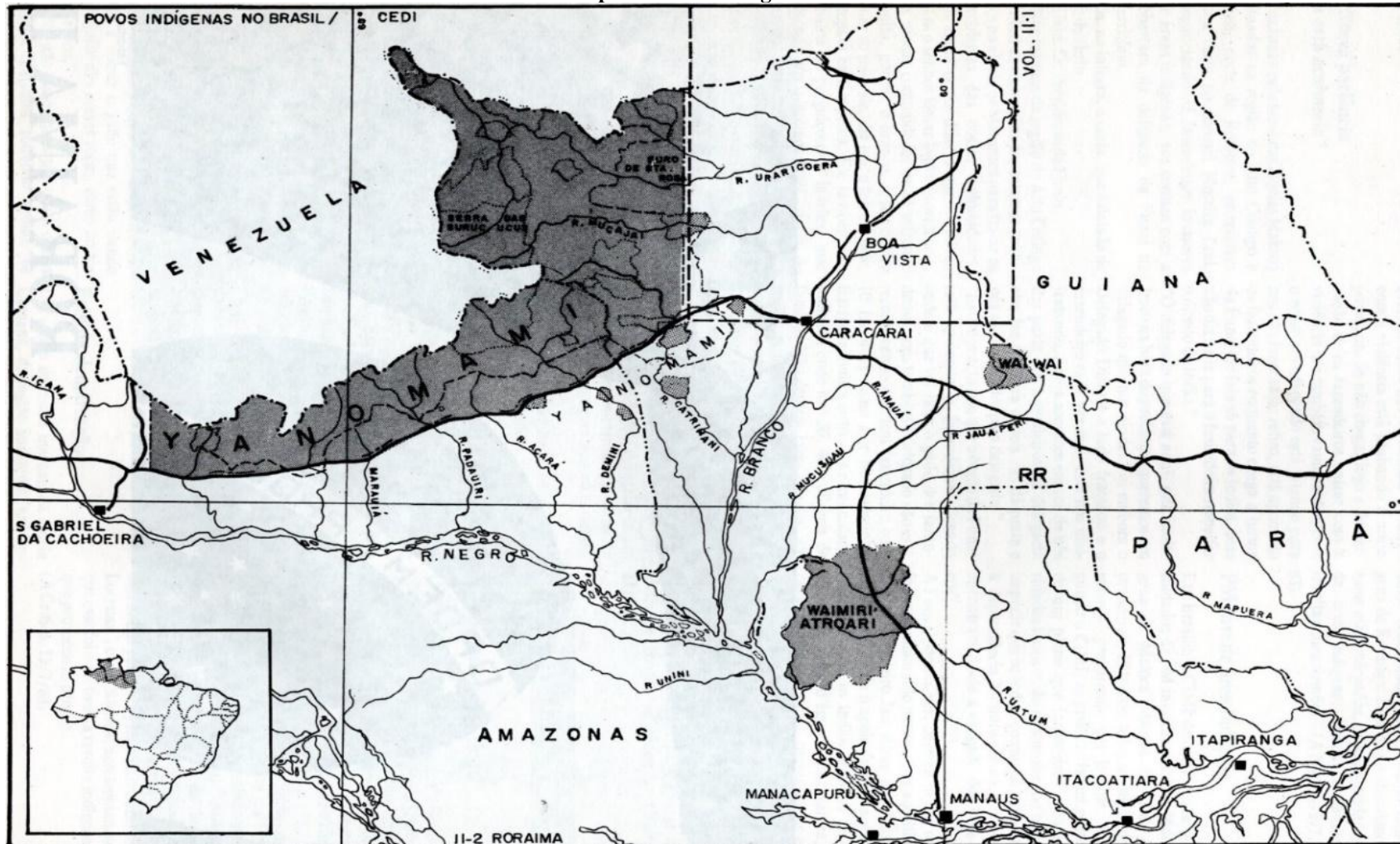
O esvaziamento progressivo do território desses grupos dizimados pelo contato com a sociedade regional, por todo o século XIX, acabou favorecendo, também, o processo de expansão Yanomami.

Até o fim do século XIX, os Yanomami mantinham contato, apenas, com outros grupos indígenas vizinhos.

No Brasil, os primeiros encontros diretos de grupos Yanomami com representantes da fronteira extrativista local (balateiros, piaçabeiros, caçadores), bem como com soldados da Comissão de Limites e funcionários do SPI ou viajantes estrangeiros, ocorreram nas décadas de 1910 a 1940.

Entre os anos 1940 e, meados dos anos 1960, houve a abertura de alguns postos do SPI e, sobretudo, de várias missões católicas e evangélicas, estabelecendo os primeiros pontos de contato permanente no seu território. Estes postos constituíram uma rede de polos de sedentarização, fonte regular de objetos manufaturados e, de alguma assistência sanitária, mas também, muitas vezes, origem de graves surtos epidêmicos (sarampo, gripe e coqueluche).

Mapa 1 – Terra Indígena Yanomami



Fonte: CEDI – Povos Indígenas no Brasil – São Paulo (1984), p. 48.

Nas décadas de 1970 e 1980, os projetos de desenvolvimento do Estado começaram a submeter os Yanomami a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional em expansão, principalmente, no Oeste de Roraima: estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras e primeiros garimpos.

Esses contatos provocaram um choque epidemiológico de grande magnitude, causando altas perdas demográficas, uma degradação sanitária generalizada e, em algumas áreas, graves fenômenos de desestruturação social. As duas principais formas de contato, inicialmente, conhecidas pelos Yanomami primeiro, com a fronteira extrativista e, depois, com a fronteira missionária - coexistiram até o início dos anos 1970, como uma associação dominante no seu território.

Entretanto, os anos 1970 foram marcados (especialmente em Roraima) pela implantação de projetos de desenvolvimento, no âmbito do Plano de Integração Nacional, lançado pelos governos militares da época.

Tratava-se, essencialmente, da abertura de um trecho da estrada Perimetral Norte (1973-76) e de programas de colonização pública (1978-79) que invadiram o Sudeste das terras Yanomami.

Nesse mesmo período, o projeto de levantamento dos recursos amazônicos RADAM (1975), decretou a existência de importantes jazidas minerais na região. A publicidade dada ao potencial mineral do território Yanomami desencadeou um movimento progressivo de invasão garimpeira, que acabou agravando-se no final dos anos 1980 e, tomou a forma, a partir de 1987, de uma verdadeira corrida do ouro.

Uma centena de pistas clandestinas de garimpo foi aberta no curso superior dos principais afluentes do Rio Branco, entre 1987 e 1990. O número de garimpeiros na área Yanomami, de Roraima, foi então, estimado em 30 a 40 mil, cerca de 5 vezes a população indígena, ali residente. Embora a intensidade dessa corrida do ouro tenha diminuído muito, a partir do começo dos anos 1990, até hoje, núcleos de garimpagem continuam encravados na terra Yanomami, de onde seguem espalhando violência e graves problemas sanitários e sociais.

Os grupos locais Yanomami são, geralmente, constituídos por uma casa plurifamiliar, em forma de cone ou de cone truncado, chamado **yano**, ou **xapono** (Yanomami Orientais e Ocidentais), ou por aldeias compostas de casas de tipos retangulares (Yanomami do Norte e Nordeste).

Cada casa coletiva ou aldeia considera-se como uma entidade econômica e política autônoma (**kami theri yamaki**) “nós – residentes”) e, seus membros preferem idealmente, casar-se nesta comunidade de parentes com um (a) primo (a) “cruzado (a)”, ou seja, o (a) filho (a) de um tio materno e uma tia paterna.

Esse tipo de casamento é reproduzido o quanto possível entre as famílias, numa geração e, de geração em geração, fazendo da casa coletiva ou aldeia Yanomami um denso e confortável emaranhado de laços de consanguinidade e afinidade.

Porém, apesar desse ideal autárquico, todos os grupos locais mantêm uma rede de relações de troca matrimonial, cerimonial e econômica com vários grupos vizinhos, considerados aliados frente aos outros conjuntos multicomunitários da mesma natureza. Esses conjuntos superpõem-se, parcialmente, para formar uma malha sociopolítica complexa, que liga a totalidade das casas coletivas e aldeias Yanomami, de um lado ao outro do território indígena.

O espaço social fora da casa coletiva ou da aldeia, consideradas como mônadas de parentesco próximo é tido com desconfiança como o universo perigoso dos “outros”: visitantes que, nas grandes cerimônias funerárias e de aliança intercomunitária **reahu**, podem causar doenças, usando de feitiçaria para se vingar de insultos, avareza ou ciúme sexual; inimigos, que podem matar, atacando a aldeia como guerreiros ou feiticeiros, gente desconhecida e longínqua, que pode provocar doenças letais, mandando espíritos xamânicos predadores ou caçar o duplo animal **rixi** das pessoas, enfim, os “brancos”, categoria paradoxal de estrangeiros próximos, diante dos quais temem-se as epidemias associadas às fumaças produzidas por suas “máquinas” e a queima de suas possessões.

O espaço da floresta usado por cada casa-aldeia Yanomami pode ser descrito, esquematicamente, como uma série de círculos concêntricos. Esses círculos delimitam áreas de uso de modos e intensidade distintos.

O primeiro círculo, num raio de 5 km, circunscreve a área de uso imediato da comunidade: pequena coleta feminina, pesca individual ou no verão, pesca coletiva com timbó, caça ocasional de curta duração e atividades agrícolas. O segundo círculo, num raio de 5 a 10km, é a área de caça individual e da coleta familiar do dia-a-dia. O terceiro círculo, num raio de 10 a 20 km, é a área das expedições de caça coletivas de uma a duas semanas, que antecedem os rituais funerários, bem como das longas expedições plurifamiliares de coleta e caça.

Encontram-se, também, nesse “terceiro círculo”, tanto as roças novas quanto as antigas, junto às quais se acampa esporadicamente – para cultivar nas primeiras, colher nas segundas – e, em cujos arredores a caça é abundante.

Os Yanomami costumavam passar entre 1/3 e, quase a metade do ano, acampados em abrigos provisórios em diferentes locais dessa área de floresta mais afastada da sua casa coletiva ou aldeia.

Esse tempo de vida na floresta tende a diminuir quando se estabelecem relações de contato regular com os brancos, com os quais os Yanomami ficam dependentes para ter acesso a remédios e mercadorias.

A palavra Yanomami **urihi** designa a floresta e seu chão. Significa, também, território: **ipea urihi**, “minha terra”, pode referir-se à região de nascimento ou à região de moradia atual do enunciador; **yanomae thëpë urihipë**, “a floresta dos seres humanos” é a mata que **Omama** deu para os Yanomami viverem de geração em geração, seria em nossas palavras, “a terra Yanomami”. **Urihi** pode ser, também, o nome do mundo: **urihi a pree**, “a grande terra-floresta”.

Fonte de recursos, a terra-floresta, não é, para os Yanomami, um simples cenário inerte submetido à vontade dos seres humanos. Entidade viva, ela tem uma imagem essencial, um sopro, bem como um princípio imaterial de fertilidade.

Os animais que abriga são vistos como avatares dos antepassados míticos homens/animais da primeira humanidade, que acabaram assumindo a condição animal, em razão do seu comportamento descontrolado, inversão das regras sociais atuais.

Nas profundezas emaranhadas da **urihi** nas suas colinas e nos seus rios, escondem-se inúmeros seres maléficos, que ferem ou matam os Yanomami como se fossem caça, provocando doenças e mortes. No topo das montanhas, moram as imagens dos ancestrais-animais transformadas em espíritos xamânicos **xapiripë**.

Os **xapiripë** foram deixados por **Omama** para que cuidassem dos humanos. Toda a extensão **urihi** é coberta pelos seus espelhos onde brincam e dançam sem fim. No fundo das águas, esconde-se a casa do monstro **Tëpërësik**, sogro de **Omama**, onde moram também, os espíritos **yawarioma**, cujas irmãs seduzem e enlouquecem os jovens caçadores Yanomami, dando-lhes assim, acesso a carreira **xamânica**.

A iniciação dos pajés é dolorosa e estática. Ao longo dela, inalando por muitos dias o pó alucinógeno **yãkõana** (resina ou fragmentos da casca interna da árvore *Virola* sp. secados e pulverizados), sob a condução dos mais antigos, aprendem a “ver/conhecer” os espíritos **xapiripë** e a “responder” a seus cantos.

Os **xapiripë** são vistos sob a forma de miniaturas humanoides enfeitadas de ornamentos cerimoniais coloridos e brilhantes. Sua dança de apresentação é comparada à ruidosa e alegre chegada de grupos convidados, ricamente adornados, numa festa intercomunitária **reahu**. São, sobretudo, “imagens” xamânicas (**utupe**) de entes da floresta.

Existem **xapiripë** de mamíferos, pássaros, peixes, batráquios, répteis, lagartos, quelônios, crustáceos e insetos. Existem espíritos de diversas árvores, espíritos das folhas, espíritos dos cipós, dos méis silvestres, da água, das pedras, das cachoeiras, etc. Muitos são, também, imagens de “entidades cósmicas” (lua, sol, tempestade, trovão, relâmpago) e de personagens mitológicas.

Existem, também, humildes **xapiripë** caseiros, como o espírito do cachorro, o espírito do fogo ou da panela de barro. Existem, enfim, espíritos dos brancos (os **napënapëripë** mobilizados por homeopatia simbólica para combater as epidemias) e de seus animais domésticos (galinha, boi, cavalo).

Uma vez iniciados, os pajés Yanomami podem chamar até si os **xapiripë**, para que estes atuem como espíritos auxiliares. Esse poder de conhecimento/visão e, de comunicação com o mundo das “imagens/essenciais vitais”, faz dos pajés os pilares da sociedade Yanomami. Escudo contra os poderes maléficos, oriundos dos humanos e dos não-humanos que ameaçam a vida dos membros de suas comunidades, eles são, também, incansáveis negociadores e guerreiros do invisível, dedicados a domar as entidades e as forças que movem a ordem cosmológica.

Controlam a fúria dos trovões e dos ventos de tempestade, a regularidade da alternância do dia e da noite, da seca e das chuvas, a abundância da caça, a fertilidade das plantações, sustentam a abóbada do céu para impedir sua queda (a terra atual é um antigo céu caído), afastam os predadores sobrenaturais da floresta, contra-atacam as investidas de espíritos agressivos de pajés inimigos e, principalmente, curam os doentes, vítimas da malevolência humana (feitiçarias, xamanismo agressivo, agressões ao duplo animal) ou não-humana (advinda dos seus maléficos **në waripë**).

Para desenvolver suas sessões, os pajés inalam o pó **yãkõana**, considerando como a comida dos espíritos. Sob seu efeito, dizem “morrer”: entram num estado de transe visionário, durante o qual “chamam” a si e “fazem descer” vários espíritos auxiliares, com os quais acabam identificando-se, imitando as coreografias e cantos de cada um, em função da sua mobilização na pajelança (designam-se os pajés como **xapiri thëpë**, “gente espírito”, por fazer pajelança) diz-se xapirimu, “agir enquanto espírito”.

Assim, quando “seus olhos morrem” os pajés adquirem uma visão/poder que, ao contrário da percepção ilusória da “gente comum”, lhes dá acesso à essência dos fenômenos e ao tempo de suas origens, portanto, à capacidade de modificar o seu curso.

Pelo que foi visto, entende-se que o estudo referente ao Povo Indígena Yanomami, apresenta um conteúdo bastante rico em conteúdo, sobretudo, partindo-se da visão do referido povo: além da floresta, há o arranjo da casa coletiva, dos círculos, referentes às atividades produtivas e uma cosmologia bastante complexa.

3. AS CAUSAS DOS CONFLITOS IDENTIFICADOS NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI

O território Yanomami, rico em minérios como ouro, cassiterita, estanho, titânio, encontra-se ameaçado pelo Decreto 88.985 de 10/11/83, que normatiza a pesquisa mineral em terras indígenas: as terras Yanomami encontram-se no iminente perigo de serem abertas a grupos econômicos para mineração.

O Decreto aumenta o peso administrativo sobre a Funai, que não tem a mínima capacidade de controlar as consequências da mineração, numa área como a dos Yanomami. Enquanto isso, se intensificam as invasões de garimpeiros.

Em 1981, foi aberto o primeiro grande garimpo de ouro, no Furo de Santa Rosa, a noroeste do território Yanomami. Em 1983, as invasões aumentaram nessa e, em outras partes do território indígena, apesar da interdição de uma área contínua de 7.700.000ha, em 1982. A referida Portaria apresentava os seguintes conteúdos abaixo arrolados:

1. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI, deverá adotar as seguintes providências iniciais com o objetivo de prover o necessário apoio e proteção ao grupo indígena Yanomami:

I - A interdição da Área contínua limitada, ao norte e a oeste, pela linha divisória entre o Brasil e a Venezuela, até o meridiano de 66°20'00"W, ao sul, pelo traçado da rodovia BR-210 e a leste, pelo meridiano de 62°00'00"W;

II - A implantação, na área interdita, da estrutura administrativa destinada a coordenar e executar as ações de proteção e assistência ao grupo indígena Yanomami, contando com o número de postos indígenas julgado suficiente;

III - A construção de campos de pouso nos postos indígenas instalados e, em outras áreas julgadas importantes para a possível atração de grupos arredios, bem como da infraestrutura básica, viária e de comunicações, recorrendo-se, primordialmente, com essa finalidade, ao apoio dos órgãos e entidades federais competentes;

IV- A adoção das demais providências julgadas necessárias à proteção do grupo indígena, em especial as relativas à efetivação da interdição da área, à preservação de seu patrimônio natural e à conservação das construções e demais equipamentos comunitários;

V- A coordenação e acompanhamento das atividades desenvolvidas na área pelas missões religiosas.

2. Sem prejuízo da adoção das medidas acima definidas, a Funai deverá elaborar e executar, com colaboração e supervisão da Secretaria Geral do Ministério do Interior, o Plano de Apoio e Assistência ao Grupo Indígena Yanomami, que deverá conter os programas e projetos relativos à delimitação e demarcação definitivas da área indígena e sua proteção à educação, saúde, desenvolvimento comunitário, pesquisa e infraestrutura básica de apoio, bem como os correspondentes cronogramas de execução física e financeira, com indicação das fontes de financiamento.

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

No Congresso Nacional, tramitava o Projeto de Lei Nº 1.179, de autoria do Deputado Mazarildo Cavalcanti (PDS/RR) e, apoiado pelo governador do Território, requerendo a abertura da área de Surucucus para garimpagem de cassiterita. Surucucus localiza-se dentro da área interdita em 1982 e, é o local de maior concentração Yanomami, com muitas aldeias ainda, totalmente, isoladas.

Nessa mesma área, concomitantemente, ao projeto do Deputado Cavalcanti, a CODESAMA entrou com um requerimento à Funai, para a liberação de uma área para a execução de pesquisa e lavra mecanizada de cassiterita. Ainda na área de Surucucus-rio Parima, a Mineração Araguaia Ltda, subsidiária da CVRD, fez outro requerimento, para pesquisa de titânio, minério considerado estratégico e de interesse para o desenvolvimento nacional.

Na área Nordeste do território Yanomami, ao longo da bacia do Rio Uraricoera (RR), o IBDF pretendia transformar uma grande parte da antiga Reserva Florestal do Parima, incluída na área interdita em 1982, em Floresta Nacional de Recursos. A área solicitada pelo IBDF era de 2.506.000ha, ou seja, mais de 1/4 da área indígena interdita. A solicitação, apresentada em novembro, ainda aguardava pronunciamento da Funai.

Na Venezuela, a Companhia da Mineração Producciones Mava S. A., também, solicitou ao Ministério de Minas e Energia daquele país, a concessão de 5.000ha de terras Yanomami para exploração de cassiterita, a fim de contribuir à integração dos Yanomami, na sociedade nacional venezuelana.

Somando os fatos, tendo em vista os projetos de desenvolvimento e os interesses políticos existentes em Roraima, o cerco vem se fechando sobre os Yanomami.

A criação do “Parque Indígena Yanomami”, continua sendo a solução para garantir as terras e assegurar a sobrevivência deste povo. Além disso, a coordenadora da CCPY (Comissão Pró-Yanomami), denunciou ao Presidente da Funai que 4.000 garimpeiros ocupavam, ilegalmente, essa área indígena, em Roraima. Ela pediu a delimitação administrativa da área que já foi interdita por uma Portaria.

O presidente da Funai, por sua vez, informou que a Funai rejeitou o pedido de exploração do garimpo Santa Rosa, situado no local invadido, junto ao Rio Ururicaá. Segundo ele, a desativação desse garimpo foi determinada pelo Ministério das Minas e Energia, que retirou da área os técnicos do DNPM e, excluiu o Santa Rosa do projeto de estudo de garimpos brasileiros.

A coordenadora, acima aludida, condenou, também, a atitude do presidente da companhia de Desenvolvimento de Roraima, do deputado João Batista Fagundes, do PDS, que reivindicavam junto à Funai, a liberação do garimpo na Serra Surucucu, onde se localizavam várias aldeias Yanomami.

Novamente, a área indígena Yanomami, no Alto Rio Negro (AM), foi invadida por garimpeiros e a PF foi convocada para retirar os invasores. Para tanto, esteve na Superintendência daquele órgão, o Delegado Regional da Funai. Os garimpeiros estavam invadindo a área indígena, através do município de São Gabriel da Cachoeira, não atendendo às orientações da Funai, que na ocasião, retirou 17 invasores. Os garimpeiros estariam sendo incitados por um político e, presumivelmente, pelo então prefeito de São Gabriel da Cachoeira. Essa denúncia deveria ser, devidamente, apurada pelos agentes da Polícia Federal.

A exoneração do governador de Roraima, Brigadeiro Otomar de Souza Pinto, foi solicitada ao Presidente da República pelo Ministro do Interior, Mário Andreaza. Seu substituto poderia ser o Brigadeiro Vicente de Moraes, Comandante do 6º COMAR.

Oficialmente, Otomar saiu pelo fato de completar o limite de tempo para afastamento da FAB, devendo retornar ao serviço ativo. Mas, nos bastidores políticos, especulavam-se algumas hipóteses, entre as quais sua negativa em liberar as reservas indígenas para a extração de minérios, ideia defendida pelos deputados Julio Martins e Mazarildo Cavalcanti que, diante da resistência, passaram a mover-lhe campanha difamatória.

Pelos fatos, até aqui abordados, em defesa dos índios Yanomami, o alemão Ruediger Nehberg fez uma marcha de 20 dias, a pé, através dos Alpes da cidade alemã de Garmisch-Partenkirchen até Roma e, foi recebido pelo Papa João Paulo II, a quem entregou um documento assinado por políticos, professores e escritores alemães, pedindo ao Vaticano que intercedesse junto ao Governo brasileiro, em benefício dos Yanomami.

Logo que voltou para a Alemanha, Ruediger entrou em contato com a “Associação para Defesa dos Povos Ameaçados”, com a qual redigiu a petição que entregou ao Papa. Ela foi assinada, entre outros, por Willy Brandt e pelos escritores Gunter Grass e Karl Amery.

A petição referia-se à presença dos brancos:

- Os Yanomami são um dos últimos povos indígenas que conseguiu viver, até há poucos anos, em independência na floresta tropical brasileira. A descoberta de jazidas minerais e a construção de uma estrada, porém, fizeram penetrar nesse território, a partir de 1973, centenas de garimpeiros, colonos e geólogos de grandes empresas de mineração. Isso significou para os Yanomami, sobretudo, doença, morte e perda da identidade cultural.

O texto falava, também, da Portaria de março de 1982, que previa a criação de uma Reserva. Mas, que “ainda não foi posta em prática”.

Na reunião sobre “As Sociedades Indígenas e o Direito”, realizada no final de setembro, em Florianópolis, foram apresentadas algumas moções, dentre elas, uma específica sobre a situação dos

Yanomami. Os participantes da reunião ratificaram todos os termos da solicitação de criação do Parque Yanomami, enviada ao Governo brasileiro, em 16 de fevereiro de 1983, pela ONU.

A moção sobre os Yanomami aprovada em Florianópolis, estabeleceu porque seria necessário delimitar, demarcar e criar um parque protegido e de área contínua, para garantir que esses 8.000 índios tivessem sua existência assegurada.

Pedia, ainda, que fosse estabelecido um plano de saúde permanente, incluindo a imunização do grupo e, que continuassem sendo reconhecidas as áreas indígenas Yanomami, que estavam fora do perímetro interdito em 1982 e, que haviam sido delimitadas em 1977 e 1978.

A moção reivindicava, também, que a CCPY (Comissão Pró-Yanomami) fosse consultada quando a Funai ou outros órgãos oficiais fossem tomar qualquer decisão que envolvesse o destino dos Yanomami e, que fosse fechado, imediatamente, o garimpo Santa Rosa, que estava funcionando dentro da área interdita.

No período em que a moção sobre os Yanomami foi lida e, aprovada na reunião de Florianópolis, a CCPY denunciou que, até aquele momento, o Governo brasileiro não havia dado nenhuma resposta ao documento da ONU.

Entretanto, a luta com garimpeiros, acarretando a morte de vários índios do grupo **moxiatetes**, subgrupo da nação Yanomami, durante um conflito com garimpeiros, gerou muitas preocupações. Após esse conflito, por vingança, vários índios da mesma tribo assassinaram o garimpeiro Duca, irmão de Raimundo Nonato da Silva, um dos proprietários de uma mina de cassiterita na região.

A informação foi prestada pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) ao denunciar o convênio que seria assinado entre a Funai e a Codesaima (Companhia de Desenvolvimento de Roraima), para extração de cassiterita em terras indígenas, na Serra de Surucucus, onde viviam cerca de 4.000 índios sem contato com a sociedade. Segundo o CIMI, a primeira mina requerida encontrava-se no Igarapé Águas Claras, habitado por 400 índios **tebexinaiope teris**.

Para o Conselho Indigenista, a corrida ao ouro e a outros minérios poderia ser desastrosa para a população Yanomami, especialmente, na Serra de Surucucus, onde já tivera lugar um surto de coqueluche e sarampo entre os índios, em consequência dos contatos desordenados com o branco.

A frente de expansão garimpeira tendeu, no fim da década de 1980, a suplantar as formas anteriores de contato dos Yanomami com a sociedade envolvente e, até a relegar a segundo plano, a fronteira dos projetos de desenvolvimento surgida nos anos 1970.

Isto não significou, no entanto, que outras atividades econômicas (agricultura comercial, empreendimentos madeireiros e agropecuários, mineração industrial), ainda insipientes ou inexistentes, não pudessem constituir no futuro, uma nova ameaça à integridade das terras Yanomami, apesar de sua demarcação e homologação.

Assim, além do persistente interesse garimpeiro sobre a região, deve-se notar que quase 60% do território Yanomami está coberto por requerimentos e títulos minerários registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral, por empresas de mineração públicas e privadas, nacionais e multinacionais.

Além disso, os projetos de colonização implementados nas décadas de 1970 e 1980, no Leste e Sudeste das terras Yanomami, criaram uma frente de povoamento que tende a expandir-se para dentro da área

indígena (regiões de Ajaram e Apiáú), devido ao fluxo migratório direcionado para Roraima – tendência que poderá ser ampliada no futuro, em consequência do apagamento dos limites da demarcação por um mega incêndio que atingiu Roraima (1998).

Enfim, três bases militares do “Projeto Calha Norte” foram implementadas na Terra Yanomami, desde 1985 (Pelotões Especiais de Fronteira/PEF de Maturacá, Surucucus e Auaris, 1/4 estava previsto na região de Ericó), induzindo graves problemas sociais (prostituição) nas populações locais, suscitando protestos dos Yanomami de Roraima.

Apesar dos conflitos acima identificados, ocorreu, após 20 anos de homologação da Terra Indígena Yanomami, uma comemoração atinente aos referidos 20 anos, no transcorrer da 7ª Assembleia Geral da **Hutukara** Associação Yanomami (HAY), que realizou-se de 15 a 20 de outubro, na aldeia **Wathoriki**, região do rio Demini, na Terra Indígena Yanomami.

O objetivo central foi realizar uma reflexão sobre o processo de luta pela homologação da TIY, considerando as ações que possibilitariam a regularização da terra. Estiveram presentes conselheiros e convidados dos povos Yanomami e **Ye’kuana**, representantes governamentais e de organizações da sociedade civil.

Verificou-se, então, uma sessão reservada para discutir com a Funai, quando, nesta ocasião foi apresentada pelos representantes da Fundação, a proposta de abrangência e funcionamento das oito Coordenações Técnicas Locais (CTLs), vinculadas à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye’kuana (FPEYY).

Com o tema “Proteção Territorial”, a programação do dia sobre a referida discussão abrangeu duas mesas, uma para tratar da situação do garimpo e, a outra, da invasão de fazendeiros na região Ajarani.

A discussão do garimpo e a outra da invasão de fazendeiros na região já citada ocorreu em torno da sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação e, um segundo momento, da mineração em Terras Indígenas.

Na sequência, a pauta abordou a questão dos benefícios sociais. Além da Funai, participaram dos debates, representantes das comunidades indígenas, **Hutukara**, Instituto Socioambiental (ISA), entre outros.

Pela diversidade de representantes indígenas-jovens, mulheres, lideranças tradicionais, professores, alunos, agentes de saúde, agentes agroflorestais e controladores de radiofonia - o momento foi privilegiado para fomentar a discussão articulada entre os diversos representantes governamentais e os indígenas - sobre a gestão territorial da Terra Indígena Yanomami.

A Assembleia, também, foi espaço de reflexão e pactuação das perspectivas futuras para a Terra Indígena Yanomami e, abordou outros temas, internos à **Hutukara**, tais como apresentação de projetos, prestação de contas e eleição da nova diretoria. Durante a abertura, foi realizada uma apresentação sobre os 20 anos da Terra Indígena Yanomami por Davi Kopenawa, presidente da Associação.

Pelo que foi consignado, precedentemente, vê-se que apesar das providências assumidas, em relação ao povo Yanomami, as questões que os envolvem referentes às suas próprias terras estão, ainda hoje, muito longe de serem devidamente equacionadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi em 25 de maio de 1982, que se encerrou um importante capítulo da história Yanomami na sua luta pela terra. A Terra Indígena Yanomami foi homologada, durante o mandato do então, Presidente Fernando Collor, após décadas de contato que levaram à morte grande parte da população, devido a epidemias, abertura da BR-210 e invasões garimpeiras.

Entre 1975 e 1976, os primeiros garimpeiros, cerca de 500, começaram a invadir a Serra de Surucucus e, em 1980, mais de 2.000 deles entraram no Furo Santa Rosa do Rio Uraricoera. As rotas dos garimpeiros passaram a dar o rumo das epidemias. O papel político das epidemias, no caso dos Yanomami, resultou que, em meados de 1987, a janeiro de 1990, o auge da corrida do ouro, quando cerca de 1.000 Yanomami, ou seja, 14% de sua população em Roraima, tenham morrido, principalmente, por causa de doenças como a malária.

Em 1988, o Governo afirmou a existência de 40.000 garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, isto é, 5 vezes a população indígena de todo o Estado de Roraima. A estimativa é de que 150 aviões pousavam, diariamente, no aeroporto de Boa Vista, que chegou a receber o título de maior tráfego aéreo do país. Para os Yanomami, as consequências foram trágicas. O intenso movimento de indivíduos, aviões e helicópteros e máquinas, espantaram a caça e os vários rios foram poluídos por mercúrio, promovendo a extinção dos peixes.

A situação vivida pelos Yanomami começou a atrair a atenção internacional e, várias manifestações foram deflagradas ao redor do mundo. Em 1988, a Survival International organizou um processo em frente às embaixadas de todos os países, em Londres e, simultaneamente, em frente às embaixadas brasileiras de 20 países diferentes.

No mesmo ano, religiosos da Missão Consolata entregaram à ONU um documento com 150.000 assinaturas, no qual denunciaram a situação dos Yanomami.

Todavia, os problemas envolvendo as Terras Indígenas estão muito longe de acabarem. Atualmente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, aprovou no dia 27/08/2019, proposta de Emenda Constitucional que permite a exploração agropecuária em Terras Indígenas. O texto, que ainda tem que passar por Comissão Especial e Plenário, define que as comunidades indígenas possam explorar “de forma direta e autônoma” suas terras.

No entanto, representantes de povos indígenas são contra a mudança, patrocinada pela bancada ruralista. Manifestantes foram à Comissão com cartazes como “o Artigo 231 – Não precisa ser modificado” e “Não precisamos de PEC para produzir”.

Depois da votação, eles gritaram palavras de ordem como “Demarcação Já”, “Arrendamento, Não”. Um dos manifestantes gritou: “Vocês tratam a gente como criança, mas nós sabemos o que é melhor para nós”.

“Esse Artigo é considerado direito fundamental como Cláusula Pétreia, não podendo ser modificado por interesses estranhos, pessoais e, para a exploração de terceiros”, afirmou a Deputada Joênia Wapichana (REDE-RR).

Segundo a parlamentar, única indígena eleita em 2018, o texto parte de premissas equivocadas ao dizer que, hoje, as comunidades não podem praticar autonomamente esse tipo de atividade. “Absurdo, porque nós já fazemos isso. Nós precisamos de apoio, sim, mas, para desenvolver atividades produtivas”, afirmou.

Já os Deputados favoráveis à mudança, afirmaram que o Artigo, apenas, formaliza uma exploração que já existe, que seria consumada nas terras pelos próprios indígenas.

“Observamos que essa matéria é de suma importância para o desenvolvimento do nosso país”, afirmou o Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG). “De forma nenhuma a PEC obriga a exploração”, disse.

Depois de acordo com a oposição, o relator Pedro Nupion (DEM-PR), votou pela rejeição da PEC 343, um texto acrescentado à proposição original.

Essa segunda proposta permitia o arrendamento de até metade das terras indígenas e, a exploração de mineração em seus territórios, inclusive sem que fosse necessário o aval do Congresso.

O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que, caso o tema “gere mais narrativas negativas” para o país, não instalará a Comissão Especial para analisar o texto, deixando-o parado na CCJ. Não houve, ainda, definição sobre esta questão.

O texto avança na Casa, em meio a uma crise ambiental que atinge a Amazônia e, gerando desgaste para o Brasil, no exterior. Por outro lado, o Primeiro Mandatário da Nação utilizou uma reunião com governadores, cuja pauta seria a prevenção de novos incêndios criminosos, para criticar Terras Indígenas.

Assim sendo, não se tem outra alternativa, senão admitir-se que as dificuldades para manter a Terra Indígena Yanomami isenta de atividades minerais, madeiras, fazendas e outras invasões do seu território, em lugar de serem resolvidas, agravam-se a cada dia que se passa.

REFERÊNCIAS

ALBERT, B. Homologation des Terres Yanomami. **Ethnies**. Paris: Survival International, v. 17, n. 29/30, p. 80-1, 2003.

_____. Indian Lands, Environmental Policy, and Military Geopolitics in the Development of the Brazilian Amazon: The Sase of the Yanomami. *Development and Change*. **The Hague**: Institute of Social Studies, v. 23, n. 1, p. 35-70, 1992.

_____. Indiens Yanomami et Chercheurs d'or au Brésil: Le Massacre de Haximu. **Journal de la Société des Américanistes**. Paris: Société des Américanistes, v. 80, p. 250-7, 1994.

_____. O Massacre dos Yanomami de Haximu. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 203-7.

_____. O Ouro Canibal e a Queda do Céu: Uma Crítica Xamânica da Economia Política da Natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Orgs.). **Pacificando o Branco: Cosmologias do Contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002. p. 239-76.

_____. Pensée d'un Sage, Davi, Chamane Yanomami. In: Martynow, a. Remiche; Madanes, g. Schneier (eds.). **Notre Amérique Métisse: Cinq Cents ans Après la Conquête, les Latino-Américains Parlent aux Européens**. Paris: La Découverte, 1992. P. 391-8.

_____. **Pesquisa e Ética: O Caso Yanomami** (Contribuições Brasileiras a Controvérsia sobre o Livro Trevas no El Dorado). Brasília: CCPY, 2002. 133 p. (Documentos Yanomami, 2).

_____. **Temps du Sang, Temps des Cendres: Representation de la Maladie, System e Rituel et Espace Politique chez les Yanomami du Sud-est**. Paris: Univ. de Paris X, 1985. 833 p. (Tese de Doutorado).

_____. Terra, Ecologia e Saúde Indígena: O Caso Yanomami. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLON, E. G. (Eds.). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. Manaus: Inpa, 1997. p. 65-84.

_____. Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Yanomami. In: LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). **Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois**. Belém: MPEG, 1991. p. 37-58. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. **Urihi: Terra, Economia e Saúde Yanomami**. Brasília: UnB, 1991. 45 p. (Série Antropologia, 119).

_____. Los Yanomamis en Brasil: Nuevo Gobierno, Viejas Amenazas. **IWGIA: Asuntos Indígenas**. Copenhagen: IWGIA, n. 2, p. 24-7, abr./jun. 1995.

_____. CASTRO, M. B.; PFEIFFER, W. C. Mercury Levels in Yanomami Indians Hair From Roraima-Brazil. In: FARMER, J. G. (Ed.). **Heavy Metals in the Environment. Edinburgh**. CEP Consultants, 1991. p. 367-70.

_____. GOMEZ, G. G. **Saúde Yanomami: Um Manual Etnolinguístico**. Belém: MPEG, 1997. 304 p. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. MILLIKEN, W. Plantas Medicinais dos Yanomami: Uma Nova Visão Dentro da Etnobotânica de Roraima. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLON, E. G. (Eds.). **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: Inpa, 1997. p. 85-110.

ALES, C. Etnologie ou Discours-ecrans? Fragments des Discours Amoreux Amormami. In: MASQUELIER, B.; SIRAN, J. L. (eds.). **Pour une Anthropologie de L'interlocution: Les Rhetoriques du Quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1993.

_____. Violencia y Orden Social: Conflictos y Guerra entre los Yanomami de Venezuela. **Folklore Americano**. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 55, p. 75-106, jan./jun. 1993.

ALVES, M. M. No País dos Ianomamis. **Rev. Geográfica Universal**, Rio de Janeiro: s./ed., n. 220, p. 4-15, abr. 1993.

ANDUJAR, C. Welch Offizielle Lösung Gibt es Für Die Yanomami in Brasilien? Überlegungen Beim Betrachten Ihrer Zeichnungen. In: MÜNZEL, M. (Org.). **Die Mythen Sehen: Bilder und Zeichen Vom Amazonas**. Frankfurt: Museum fur Volkerfunde, 1988. p. 53-92.

APARÍCIO, T. La Lucha de los Yanomami por su Territorio: Entrevista con Claudia Andujar, Coordinadora del CCPY (Comisión para la Creación del Parque Yanomami). **IWGIA: Boletín**. Copenhagen: IWGIA, n. 1, p. 24-30, jan./mar. 1992.

ATHIAS, R.; BRANDÃO, M. do C.; PAULA, N. C. de (Orgs.). **Saúde Indígena em São Gabriel da Cachoeira: Uma Abordagem Antropológica**. Recife: Liber Gráfica e Ed., 2002. 232 p.

BARAZAL, N. R. **O Confronto Comunidade e Sociedade Perante os Direitos Humanos: O Caso Yanomami**. São Paulo: USP, 1997. 209 p. (Dissertação de Mestrado)

- _____. **Yanomami: Um Povo em Luta pelos Direitos Humanos**. São Paulo: Edusp, 2001. 207 p.
- BARBOSA, E. **Yanomami, Um Grito nas Selvas**. s.l. : Maltese, 1996. 530 p.
- BARRETO, C. A. L. M. **A Farsa Ianomami**. Brasília: Bibl. do Exército Ed., 1996. 216 p.
- BASTOS, J. H. (Org.). **A Criação do Mundo Segundo os Índios Ianomami**. Lisboa: Hiena, 1994. 111 p. (Cão Vagabundo, 39)
- BEAUCAGE, P. Donner et Prendre: Garifunas et Yanomamis. **Anthropologie et Sociétés**. s.l.: s. ed., v. 19, n. 1/2, p. 95-117, 1995.
- BERWICK, D. **Savages: The Life and Killing of the Yanomami**. Toronto: MacFarlane Walter & Ross, 1992. 254 p.
- BEZERRA, A. J. C.; BEZERRA, A. S. A.; LOPES, A. C. et al. Anatomical Terms of Yanomami Indian Translated Into Portuguese and English. **Rev. da Assoc. Med. Brasil**. São Paulo: Associação Médica Brasileira, v. 40, n. 3, p. 179-85, jul./set. 1994.
- BORGES, M. I. S. O Corpo Cósmico: O Xamanismo entre os Yanomame do Alto Toototobi. Brasília: UnB, 1999. 218 p. (Tese de Doutorado).
- _____. **Das amazonas aos Yanomami: Fragmentos de um Discurso Exotizante**. Brasília: UnB, 1995. 84 p. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL: Portaria nº 580, que Demarca o Território da População Indígena Yanomami. **Anuário Indigenista**. México: Instituto Indigenista Interamericano, v. 30, p. 461-71, dez. 1992.
- BRITO, M. E. de. E. **Alfabetização Yanomame: Da Comunicação Oral à Escrita**. São Paulo: M.E. Brito, 1996. 120 p.
- CARNEIRO, R. L. Forest Clearance Among the Yanomamo: Observations and Implications. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n. 52, p. 39-76, 1979.
- CARRERA, J. Apuntes para el Análisis de la Gestión del Territorio Yanomami. **IWGIA**. Documento, Copenhagen: IWGIA, n. 23, p. 160-74, 1998.
- CARVALHO, J. J. M. **Estudo da Pressão Arterial de Índios Yanomami**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. 89 p. (Tese de Doutorado)
- CCPY. **Report on Health Work in the Yanomami Area, Medical Care and Dental Health: Area 15 (Demini Project) and other Areas**. January 1990 to May 1991. São Paulo: CCPY, 1991. 62 p.
- CCPY; SECOYA. **Pesquisa dos Professores Yanomami sobre os Povos do Xingu**. Boa Vista: CCPY; Manaus: Secoya, 2002. 42 p.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). **Aconteceu Especial 14 – Comentários e Fatos Destacados da Imprensa. Povos Indígenas no Brasil/83**. São Paulo: Sagarana Editora, 1984.
- CHAGNON, N. A. The Culture-Ecology of Shifting (Pioneering) Cultivation Among the Yanomamo Indians. In: GROSS, D. R. (Ed.). **Peoples and Cultures of Native South America: An Anthropological Reader**. New York: The American Museum of Natural Story, 1973. p. 126-44.
- _____. L'ethnologie du Déshonneur: Brief Response to Lizot. **American Ethnologist**. Washington: American Anthropological Association. v. 22, n. 1, p. 187-9, 1995.

- _____. **Yanomamo: The Last Days of Eden.** San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1992. 309 p.
- _____. **Yanomamo Warfare, Social Organization and Marriage Alliances.** Ann Arbor: Univ. of Michigan, 1966. 233 p. (Tese de Doutorado - University Microfilms International 67-08226)
- CLAY, J. (Ed.). **The Impact of Contact: Two Yanomama Case Studies.** Cambridge: Cultural Survival and Bennington College, 1983.
- COCCO, L. **Iyewei-Teri: Quince años entre los Yanomamos.** Caracas: Escuela Técnica Popular Don Bosco, 1972.
- COELHO, G. E. et al. Identificação de Áreas de Estratificação Epidemiológica no Foco de Oncocercose na Região Yanomami, Roraima, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, v. 14, n. 3, p. 607-11, jul./set. 1998.
- CREWS, D. E. et al. Population Genetics of Apolipoprotein A4, E, and H Polymorphisms in Yanomami Indians of Northwestern Brazil: Associations with Lipids, Lipoproteins, and Carbohydrate Metabolism. **Human Biology.** Detroit: Human Biology Council, v. 65, n. 2, p. 211-24, 1993.
- CUNHA, M. C. da. O Drama dos Yanomami: Entrevista. **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro. SBPC, v. 12, n. esp., p. 48-53, dez. 1991.
- DINIZ, E. S. Aspectos das Relações Sociais entre os Yanomamo do Rio Catrimâni. **Boletim do MPEG: Série Antropologia.** Belém: MPEG, n. 39, 22 p., 1969.
- DONNER, F. **Shabono: Uma Viagem ao Universo Místico dos Índios Ianomamis.** Tradução: Elisabete Soares. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- DUARTE, R.; PELLEGRINO, S. P. Agressão, Aliança e Reflexividade: A Guerra Yanomami por meio de uma Experiência de Comunicação. **Sexta Feira: Antropologia, Artes e Humanidades.** São Paulo: Pletora, nº 7, p. A57-A66, 2003.
- EARLY, J. D.; PETERS, J. F. **The Population Dynamics of the Mucajai Yanomama.** San Diego: Academic Press, 1990. 152 p.
- _____. **The Xilixana Yanomami of the Amazon: History, Social Structure, and Population Dynamics.** Gainesville: Univ. Press of Florida, 2000. 335 p.
- EMIRI, L. **Amazzonia Portatile.** San Cesario di Lecce: Manni Editori, 2003. 120 p.
- _____. **Cartilha Yãnomame.** Monte Urano: Missão Catrimâni, 1982. 111 p.
- _____. **Dicionário Yãnomamè-Português.** São Paulo: CPI-RR, 1987. 95 p.
- _____. **Gramática Pedagógica da Língua Yãnomamè.** Boa Vista: Missão Catrimâni, 1981. 76 p.
- _____. **Leituras Yãnomamè.** Monte Urano: Missão Catrimâni, 1982. 72 p.
- _____. **Mulher entre Três Culturas: Ítalo-Brasileira “Educada” pelos Yanomami.** São Paulo: Edicon, 1992. 64 p.
- _____. **Yanomami para Brasileiro Ver.** Fermo: CPI-RR, 1994. 56 p.
- EUSEBI, L. **A Barriga Morreu!: O Genocídio dos Yanomami.** São Paulo: Loyola, 1991. 149 p.
- FERGUSON, R. B. **Yanomami Warfare: A Political History.** Santa Fe: School of Amer. Res. Press, 1995. 464 p.

FINKERS, J. **Los Yanomami y su Sistema Alimenticio (Yanomami nii pe)**. s.l.: Vicariato Apostolico de Puerto Ayacucho, 1986. 262 p. (Monografía, 2).

FONDATION CARTIER POUR L'ART CONTEMPORAIN. **Yanomami: L'esprit de la Foret - Catalogue Exposition**. Paris: Fondation Cartier, 2003. 206 p.

FREDLUNG, E. V. **Shitari Yanomamo Incestuous Marriage: A Study of the Use of Structural, Lineal and Biological Criteria When Classifying Marriages**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1982. 180 p. (Ph. D. Dissertation - University Microfilms International 82-13302).

FUENTES, E. Los Yanomami y las Plantas Silvestres. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n. 54, p.3-138, 1980.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Projeto Saúde Yanomami**. Brasília: Funasa, 1991. 71 p.

GARCIA, M. I. E. **Yopo, Shamanes y Hekura: Aspectos Fenomenologicos del Mundo Sagrado Yanomami**. Caracas: Libreria Editorial Salesiana, 1984. 244 p.

GOOD, K.; CHAGNOFF, D. **Dentro do Coração: Uma Viagem Inesquecível pela Cultura Yanomami e pelos Caminhos do Amor**. São Paulo: Best Seller, 1991.

_____. **Into the Heart: One Man's Pursuit of Love and Knowledge Among the Yanomama**. New York: Simões & Schuster, 1991. 349 p.

HAMES, R. B. The Settlement Pattern of a Yanomamo Population Bloc: A Behavioral Ecological Interpretation. In: HAMES, R. B.; VICKERS, W. T. (Eds.). **Adaptive Responses of Native Amazonians**. New York: Academic Press, 1983. p. 393-428.

HANBURY-TENISON, R. **Les Aborigènes de L'Amazonie: Les Yanomami**. Amsterdam: Time-Life, 1982. 168 p.

ISTRIA, J.; GAZIN, P. O Estado Nutricional de Crianças Yanomami do Médio Rio Negro, Amazônia. **Rev. da SBTM**. s.l.: SBTM, v. 35, n. 3, p. 233-6, mai./jun. 2002.

KERJEAN, A. **L'adieu aux Yanomami**. Paris: A. Michel, 1991. 248 p. (Aventures Albin Michel).

LA CATASTROPHE des Yanomamis: Un Aperçu, de 1979 à Aujourd'hui. Recherches Am. Au Québec, Montreal: **Soc. de Recherches Amer. Au Québec**, v. 22, n. 4, p. 70-4, 1992/1993.

LAUDATO, L. **Yanomami Pey Keyo**. Brasília: Univ. Católica Brasília, 1998. 326 p.

LIZOT, J. La Agricultura Yanomami. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n° 53, p. 3-93, 1980.

_____. **O Círculo dos Fogos: Feitos e Ditos dos Índios Yanomami**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Contribution à l'étude de la Technologie Yanomami. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n. 38, p. 15-33, 1974.

_____. **Diccionario Yanomami-Español**. Caracas: Universidad Central de Venezuela. División de Publicaciones, 1975.

_____. Poison Yanomami de Chasse, de Guerre et de Pêche. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n. 31, p. 3-20, 1972.

- _____. El Rio de los Periquitos: Breve Relato de un Viaje entre los Yanomami del Alto Siapa. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales, n. 37, p. 3-23, 1974.
- _____. **Tales of the Yanomami: Daily Life in the Venezuelan Forest**. Cambridge: Cambridge Univ. Press; Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1985. 218 p.
- _____. Los Yanomami. In: COPPENS, W. (Ed.). **Los Aborígenes de Venezuela**. v. 3. Caracas: Fundación la Salle de Ciencias Naturales; Monte Avila Eds, 1988. p. 479-583.
- _____. Los Yanomami ante su Destino. **Antropológica**. Caracas: Fundación La Salle, n. 90, p. 3-18, 1998/1999.
- _____. COCCO, L.; FINKERS, J. **Mitología Yanomami**. Quito: Abya-Yala; Roma: MLAL, 1991. 260 p. (Colección 500 Años, 39)
- LOBO, M. S. de C. **O Caso Yanomami do Brasil: Uma Proposta Estratégica de Vigilância Epidemiológica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 128 p. (Dissertação de Mestrado).
- _____. BLOCH, K. et al. Pressão Arterial, Glicemia Capilar e Medidas Antropométricas em uma População Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 9, n. 4, p. 428-38, out./dez. 1993.
- MAGALHÃES, E. D. **O Estado e a Saúde Indígena: A Experiência do Distrito Sanitário Yanomami**. Brasília: UnB, 2001. 203 p. (Dissertação de Mestrado)
- MELANCON, T. F. **Marriage and Reproduction Among the Yanomamo Indians of Venezuela**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1982. (Tese de Doutorado - University Microfilms International 82-13331)
- MIGLIAZZA, E. **Yanomama Grammar and Intelligibility**. s.l.: University of Indiana, 1972. (Tese de Doutorado)
- MILLIKEN, W.; ALBERT, B. The Construction of a New Yanomami Round-House. **Journal of Ethnobiology**, s.l. : s.ed., v. 17, n. 2, p. 215-33, 1997.
- _____. The Use of Medicinal Plants by the Yanomami Indians of Brazil. **Economic Botany**. Bronx: The New York Botanical Garden, v. 50, n. 1, p. 10-25, 1996.
- _____. The use of Medicinal Plants by the Yanomami Indians of Brazil, Part II. **Economic Botany**. Bronx: New York Botanical Garden, v. 51, n. 3, p. 264-78, 1997.
- MILLIKEN, W.; ALBERT, B.; GOMEZ, G. G. **Yanomami: A Forest People**. Kew: Royal Botanic Gardens, 1999. 169 p.
- MONTOYA, R. A. El Pueblo Yanomami: Ocupación Capitalista de la Tierra y Genocidio. In: CASTRO, E. M. R. de; MARIN, R. E. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA-Naea, 1989. p. 103-50. (Cooperação Amazônica, 4).
- MORAES, M. A. P. Oncocercose entre os Índios Yanomami. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 7, n. 4, p. 503-14, out./dez. 1991.
- MOREIRA, M. A Estratégia do Genocídio Yanomami. In: RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90**. São Paulo: Cedi, 1991. p. 162-4. (Aconteceu Especial, 18).
- MUSKEN, R. **Les Yanomami ne Passent Plus Sur CNN**. Libertés!, s.l. : s.ed., n. 324, p. 3-4, 1996.
- NICHOLAS, G. P. The Yanomami in the Classroom. **Cultural Survival Quarterly**. Cambridge: Cultural Survival, v. 16, n. 2, p. 28-30, maio 1992.

OLIVEIRA, C. E. de; FRANCISCO, D. A. Projeto de Saúde Yanomami no Demini, Tootobi e Balawaú. In: RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 213-5.

_____. **Terceiro Relatório de Atividades de Saúde na Área Yanomami: Demini - Toototobi - Balawau - abril a novembro de 1993**. São Paulo: CCPY, 1994. 76 p.

_____. **Quarto Relatório de Atividades de Saúde na Área Yanomami: Demini - Toototobi - Balawau - Dezembro de 1993 a setembro de 1994**. São Paulo: CCPY, 1994. 20 p.

_____. **Quinto Relatório de Atividades de Saúde na Área Yanomami: Toototobi - Balawau - Demini - 1994**. São Paulo: CCPY, 1995. 24 p.

_____. **Sexto Relatório de Atividades de Saúde na Área Yanomami - Toototobi, Balawau, Demini - 1995: Considerações Históricas e Socioambientais de Importância Epidemiológica**. São Paulo: CCPY, 1996. 60 p.

_____. **Sétimo relatório de atividades de Saúde na Área Yanomami - Toototobi, Balawau, Demini: 1996**. São Paulo: CCPY, 1997. 32 p.

OLIVETTI DO BRASIL S.A (Ed.). **Mitopoemas Yanomami**. São Paulo: Olivetti, 1978.

OURO EM RORAIMA: A Extinção dos Yanomami. Produção de Wolfgang Brog. Vídeo cor, PAL-M, 42 min., 1995.

PASSARINHO, J. Terras dos Yanomami. **Carta**. Brasília: Gab. Sen. Darcy Ribeiro, n. 9, p. 241-54, 1993.

PAULA, J. S. de. **Tracoma em Índios Yanomami do Médio Rio Negro**. Ribeirão Preto: FMRB, 2002. 103 p. (Tese de Doutorado).

PELLEGRINI, M. A. Do Alto da Cedrorana. In: RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 245-6.

_____. **Falar e Comer: Um Estudo Sobre os Novos Contextos de Adoecer e Buscar Tratamento entre os Yanomame do Alto Parima**. Florianópolis: UFSC, 1998. 160 p. (Dissertação de Mestrado).

_____. O Lugar dos Yanomami Doentes no Sistema Único de Saúde. In: RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 211-2.

PETERS, J. F. **Life Among the Yanomami**. Ontário: Broadview Press, 1998.

PITHAN, O. A.; CONFALONIERI, U. E. C.; MORGADO, A. F. A Situação de Saúde dos Índios Yanomami: Diagnóstico a partir da Casa do Índio de Boa Vista – Roraima - 1987-1989. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 7, n. 4, p. 563-80, out./dez. 1991.

RABBEN, L. Demarcation - and Then What? **Cultural Survival Quarterly**. Cambridge: Cultural Survival, v. 17, n. 2, p. 12-4, ago. 1993.

_____. **Un Natural Selection: The Yanomami, the Kayapo and the Onslaught of Civilisation**. Londres: Pluto Press, 1998. 183 p.

RAMIREZ, H. **Hapa Të Pë Rë Kuonowei: Mitologia Yanomami**. Manaus: Isma, 1993. 238 p. (Texto de Leitura, 2)

_____. **Iniciação à Língua Yanomami: Dialeto do Médio Rio Catrimani e de Xitei**. Curso de Língua Yanomami. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1994. 114 p.

- _____. **Iniciação à Língua Yanomami.** Manaus: Belvedere, 1992. 187 p.
- _____. **Le Parler Yanomami des Xamatauteri.** Provence: Univ. de Provence, 1994. 430 p. (Tese de Doutorado).
- RAMOS, A. R. **Auaris Revisitado.** Brasília: UnB, 1991. 72 p. (Série Antropologia, 117).
- _____. **Memórias Sanumá: Espaço e Tempo em uma Sociedade Yanomami.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1990. 344 p.
- _____. **Old Ethics Die Hard: The Yanomami and Scientific Writing.** Brasília: UnB, 2001. 10 p. (Série Antropologia, 302)
- _____. O Papel Político das Epidemias: O Caso Yanomami. In: BARTOLOME, M. A. (Coord.). **Ya no Hay Lugar para Cazadores: Proceso de Extinción y Transfiguración Étnica en America Latina.** Quito: Abya-Ayala, 1995. p. 55-91 (Biblioteca Abya-Yala, 23). Publicado inicialmente na Série Antropologia, n. 153, da Universidade de Brasília, 1993.
- _____. **Sanuma Memories: Yanomami Ethnography in Times of Crises.** Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1995. 366 p.
- _____. Tierra y Supervivencia Cultural Yanomami. **IWGIA: Boletín.** Copenhagen: IWGIA, n. 1, p. 13-20, jul./ago. 1991.
- _____. Yanomami: A Homeland Undermined. **IWGIA: Newsletter.** Copenhagen: IWGIA, s.n., p. 13-20, 1991.
- _____. **Yanomami and Gender Toward a Sanuma Theory of Knowledge.** Brasília: UnB, 1996. 19 p. (Série Antropologia, 202).
- RE, G.; RE, F. **Gli Ultimi Yanomami.** Torino: Point Couleur, 1984. 338 p.
- _____. **Um Mergulho na Pré-História: Os Últimos Yanomami? A Aventura de Dois Médicos em Visita aos Irmãos Laudato, entre os Yanomami.** Manaus: Calderaro, 1988. 256 p.
- RESTREPO, G. Amparo - La Mujer Yanomami. **Ethnia.** Nedellin: Instituto Misionero de Antropologia, n. 72, p. 4-60, 1993.
- RIFKIN, J. Ethnography and Ethnocide: A Case Study of the Yanomami. **Dialectical Anthropology.** Amsterdã: Elsevier Science Publishers, v. 19, n. 23, p. 295-327, 1994.
- RITCHIE, M. **Spirit of the Rain-Forest: A Yanomamo Shaman's Story.** Chicago: Island Lake Press, 1996. 271 p.
- RIVIÈRE, P. AAE na Amazônia. **Rev. de Antropologia.** São Paulo: USP, v. 38, n. 1, p. 191-203, 1995.
- ROCHA, J. **Murder in the Rainforest: The Yanomami, The Gold Miners and the Amazon.** Londres: Survival International, 1999. 96 p.
- ROYERO, R. Algunos Aspectos de la Etnoictiologia y la Historia Natural de los Yanomami del Alto Rio Siapa y Rio Mavaca - Estado Amazonas - Venezuela. **Antropológica.** Caracas: Fundación La Salle, n. 84, p. 73-96, 1994/1996.
- SAFFIRIO, G. **Ideal and Actual Kinship Terminology Among the Yanomama Indians of the Catrimani River Basin (Brazil).** Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh, 1985. 244 p. (Tese de Doutorado).

_____. **Some Social and Economic Changes Among the Yanomama of Northern Brazil (Roraima): A Comparison of "Forest" and "Highway" villages.** Pittsburgh: Univer. of Pittsburgh, 1980. 119 p. (Dissertação de Mestrado).

SALAMONE, F. A. (Ed.). **Who Speaks for the Yanomamo?** s.l.: s.ed., 1996. (Studies in Third World Societies, 57)

_____. **The Yanomami and Their Interpreters: Fierce Peoples or Fierce Academics?** Laham: Univer. Press of America, 1997. 140 p.

SALDANHA, P.; WERNECK, R. **Expedições, Terras e Povos do Brasil: Yanomamis e Outros Povos Indígenas da Amazônia.** Rio de Janeiro: Edições del Prado, 1999. 95 p.

SÁNCHEZ, P.; JAFFÉ, K. Los Yanomami y el Cacao: Dos Realidades. **Interciencia.** Caracas: Interciencia Association, v. 17, n. 2, p. 71-2, mar./abr. 1992.

SHAPIRO, J. E. **Sex Roles and Social Structure Among the Yanomama Indians of Northern Brazil.** New York: Columbia University, 1972. (Tese de Doutorado - University Microfilms International 72-28096).

SIMIONI, T. **Piloto Ianomami.** Belém: CEJUP, 1994. 320 p.

SPOSITO, R. **Yanomami: Um Povo Ameaçado de Extinção.** Rio de Janeiro: Dunya, 1998. 114 p.

TANFORD, Z.; WAGNER, E. El Mito de los Yanomami y el Cacao. **Interciencia.** Caracas: Interciencia, v. 17, n. 2, p. 70-1, mar./abr. 1992.

TAYLOR, K. I. **Sanuma (Yanoama) Food Prohibitions the Multiple Classification of Society and fauna.** Wisconsin: University of Wisconsin, 1972. 230 p. (Tese de Doutorado - University Microfilm International 72-23766).

THIELE, R. A. **Interrogatives in Yanomam.** Brasília: SIL, 1993. 51 p. (Arquivo Linguístico).

TURNER, T.; YANOMAMI, D. K. "I Fight Because I Am Alive": An Interview with Davi Kopenawa Yanomami. **Cultural Survival Quarterly.** Cambridge: Cultural Survival, v. 15, n. 3, p. 59-64, ago. 1991.

URIHI-SAÚDE YANOMAMI. **Hura Taatima a the a Oni: Manual do Microscopista Yanomami.** Boa Vista: Urihi, 1999. 39 p.

_____. **Manual Terapêutico: Um Guia dos Principais Esquemas de Tratamento para uso pelos Profissionais de Saúde da Área Yanomami.** Boa Vista: Urihi, 2000. 67 p.

VALERO, H. **Yo Soy Napëyoma: Relato de una Mujer Raptada por los Indígenas Yanomami.** Caracas: Fundación La Salle, 1984. 550 p.

VERDUM, R. **Os Yawaripe: Contribuição à História do Povoamento Yanomami.** Brasília: UnB, 1996. 184 p. (Dissertação de Mestrado).

VILA, M. F. da. **Estudo das Alterações Oculares na Região Oncocercitica Yanomami.** São Paulo: Unifesp/EPM, 1992. (Tese de Doutorado).

VUUREN, C. van. To Fight Over Women and to Lose Your Land: Violence in Anthropological Writing and the Yanomamo of Amazonia. **Unisa Latin American Report.** Pretoria: Univ. of South Africa, v. 10, n. 2, p. 10-20, 1994.

WEIDMANN, K; BOADAS, A; LIZOT, J.; PEREZ, A. **La Amazonía Venezolana.** Caracas: Fundación Polar, 1981. 116 p.

WILBERT, J.; SIMONEAU, K. (Eds.). **Folk Literature of the Yanomami Indians**. Los Angeles: Univ. of California, 1990. 826 p. (Ucla Latin American Studies, 73).

YANOMAMI, D. K. Fièvres de l'or. **Ethnies**. Paris: Survival International, v. 7, n. 14, p. 39-44, 1993.

_____. Xawara: O Ouro Canibal e a Queda do Céu - Entrevista. In: RICARDO, C. A. (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90**. São Paulo: Cedi, 1991. p. 169-71. (Aconteceu Especial, 18).

YANOMAMI: Extermínio e Morte. CPCE Produções - Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Dir.: Delvair Montagner. Vídeo Cor, HI-8 e U-Matic, 30 seg., 1993.

YANOMAMI: Keepers of the Flame. California State Polytechnic University Prod. Dir.: Adolfo Rudy Vargas. Vídeo cor, VHS, 58 min., 1992.

YANOMAMI: Povo sem Futuro. CPCE Produções - Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Dir.: Delvair Montagner. Vídeo Cor, HI-8 e U-Matic, 30 seg., 1993.

SITES CONSULTADOS

Em meio à crise, Bolsonaro prioriza críticas a Reservas Indígenas em Reunião com Governadores da Amazônia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-meio-a-crise-bolsonaro-prioriza-ataques-a-reservas-indigenas-em-reuniao-com-governadores-da-amazonia.shtml>>. Acesso em: 28/08/2019

Entenda o Processo de Demarcação. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53>>. Acesso em: 20/11/2017.

Os Conflitos acerca da demarcação de Terras Indígenas. Disponível em: <<https://suedlucas.jus.br/artigos/203413790/os-conflitos-acerca-da-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 26/04/2019.

Terras Indígenas: O que é? Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>>. Acesso em: 20/11/2017.

Vinte anos de homologação da Terra Indígena Yanomami serão comemorados durante Assembleia. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1792-vinte-anos-de-homologacao-da-terra-indigena-yanomami-serao-comemorados-durante-assembleia?highlight=WyJ5YW5vbWFtaSJD>>. Acesso em: 20/11/2017.

Yanomami e Ye'kwana do Brasil e da Venezuela constroem agenda de trabalho conjunta para 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-e-yekwana-do-brasil-e-da-venezuela-constroem-agenda-de-trabalho-conjunta-para-2016>>. Acesso em: 20/11/2017.

Yanomami - Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>>. Acesso em 26/04/2019.